



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638622 - MG (2021/0001398-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : LUISA PEREIRA TESSER ORTIZ E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DALMI ARARIPE PIMPIM - MG153202  
HILAIRA LEOCADIA CARVALHO ATOLINI PIMPIM -  
MG151332  
LUISA PEREIRA TESSER ORTIZ - MG190900  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : HEBERT MARQUES BRANDAO DA SILVA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : HERBERT MARQUES BRANDÃO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HEBERT MARQUES BRANDÃO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação n. 1.0251.20.000282.-1/001).

O paciente, no Juízo da Vara Única da Comarca de Extrema (MG), foi condenado por prática descrita no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 12 da Lei n. 10.826/2006, às penas, respectivamente, de 5 anos de reclusão no regime inicial fechado e de 1 ano e 10 dias de detenção no regime inicial aberto. Foi aplicado concurso material. No tocante ao crime de tráfico, a sentença negou a aplicação da causa especial de diminuição de pena, ao reconhecer que há dedicação a atividades criminosas. O regime fechado, mais gravoso, foi imposto com base na quantidade e variedade de drogas. O édito de primeiro grau foi mantido em apelação.

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, porquanto todas as circunstâncias judiciais são favoráveis, tanto que a pena-base ficou no mínimo legal, sendo certo ainda que a quantidade de drogas, por si só, não é suficiente para afastar a causa especial de diminuição nem para ficar regime mais gravoso. Aduz que não está demonstrado, cabalmente, que o paciente se dedica a atividade criminosa, notadamente porque o mandado de busca foi fundamentado em outros delitos, e não no tráfico.

Requer, liminarmente, a aplicação da causa especial de diminuição e a fixação do regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar ou receber a impetração como recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois, como visto, foi reconhecido que o paciente se dedica a atividade criminosa, notadamente pela quantidade de drogas apreendidas e sua variedade (8 porções de maconha, 152,78g, e 86 pinos de cocaína, 56,78g), como também pela apreensão de arma de fogo, munições, sacos utilizados para embalar droga e de balança de precisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente